

Gladson da Rocha**A expansão de DF Brasília (2)**

Com base na minha maneira de ser otimista, e certo de que a troca de idéias e a proposta de condições alternativas podem contribuir para o encontro de opções que nos permitam melhores condições urbanas e rurais futuras para o DF, faço uma síntese dos seguintes temas relacionados com o espaço que nos envolve:

A Rede Urbana no DF

Contrário a uma expansão populacional maior na bacia do Paranoá, acho mais saudável uma descentralização desse acréscimo para novos núcleos satélites a serem localizados na periferia do DF com a especial intenção de se preservar melhores condições de conforto urbano para a nossa nova capital, e, também, para o futuro acréscimo populacional na periferia, que poderá morar, como 1ª opção, à distância a pé do seu local de trabalho, trabalhar na satélite vizinha como 2ª opção, ou se transportar para o entorno imediato da Geoeconômica, onde estará o grande mercado de trabalho da região Centro-Oeste, tão logo quanto se quiser.

Esse entorno imediato poderá ou não ser anexado ao território do DF, de acordo com as conveniências que os técnicos especializados poderão estudar, indicando a solução que melhor convenha às administrações do estado de Goiás e do DF. A descentralização acima referida contribuiria efetivamente para a diminuição do número de viagens/dia para Brasília e o relativo desafogo do transporte interurbano e dos equipamentos urbanos locais.

É bom esclarecer que o significado do termo "cidade-satélite" inclui um sentido de autosuficiência no maior nível possível. A palavra "satélite" refere-se apenas a uma dependência administrativa maior porque a menor, ou local, é exercida também por uma administração local. Dessa maneira, cada satélite deve ter os seus próprios serviços, equipamentos urbanos e o seu setor industrial dimensionados de acordo com o seu número de habitantes para garantir pleno emprego e a sua autosuficiência local.

Projeto Lúcio Costa

O Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente — Cauma, em recente reunião, aprovou o assentamento de 65.000 habitantes, distribuídos em sete áreas habitacionais coletivas a partir do Guará I, ao longo da EPTG.

Com referência ao nosso déficit habitacional e à intenção de que o morador dessa faixa habitada contribuisse para uma melhor viabilidade de implantação do novo plano de transporte interurbano, o assentamento aprovado é paliativo e de alcance menor do que o desejado, além de aumentar os problemas afetos à necessária preservação da RA-1 e da Bacia do Paranoá. Mas se as circunstâncias não permitem soluções urbanísticas mais saudáveis, com vistas a melhores condições sanitárias para a Bacia do Paranoá, e considerando o referido assentamento urbano aprovado, uma solução esparsa e de pequeno porte, com cerca de 1/3 do projeto já construído, além da presença de aglomerados urbanos existentes do outro lado da pista, os Guarás, e do projeto para a futura implantação do Núcleo Satélite de Aguas Claras, então seria bem mais lógico a ocupação de toda a área delimitada pelas estradas EPTG, EPCT, EPCL (via estrutural) e a DF-067.

Se for necessário, pode-se anexar a essa área a faixa de cerrado ao norte e paralela à EPCL até o limite máximo de 3 Km, excluindo as áreas ocupadas pelo Parque Ferroviário, Setor de Armazenagem e pelo Regimento de Cavalaria de Guarda, mantendo a preservação do Parque Nacional de Brasília.

São cerca de 40 quilômetros quadrados de área edificável, onde caberiam 400.000 ou mais habitantes com pleno conforto urbano. Essa área maior, localizada estrategicamente próxima do SIA, dos Guarás e de Taguatinga, aceita uma densidade demográfica acima da média, é mais próxima do "Plano Piloto" do que a "Nova Asa Norte", já está servida por estradas asfaltadas de acesso e por transporte coletivo, e poderá receber o abastecimento de água e energia elétrica a um custo bem mais inferior do que qualquer outra área maior próxima do Plano Piloto.

Seria um assentamento urbano de maior porte, que viabilizaria uma estação de tratamento de esgotos e outros serviços e equipamentos necessários a uma conurbação maior e contribuiria de fato para um melhor e menor custo do transporte interurbano Brasília-Guará-Taguatinga-Ceilândia.

Esclareço que essa sugestão de permuta de áreas para edificação dentro das vertentes da Bacia do Paranoá é uma proposta alternativa em função das áreas indicadas no Plano de Expansão de Brasília, algumas delas irreversíveis. A minha posição pessoal, repito, é mais favorável a uma descentralização do aumento populacional para a periferia do DF, com moradia a distância a pé do local de trabalho.

Extensão da Administração Federal

Volto a propor a construção de um complexo arquitetônico para a administração federal em cada núcleo urbano satélite para a transferência de alguns serviços da área federal, sem prejuízo do normal funcionamento da máquina administrativa e da representação simbólica do poder federal na sua magnífica Esplanada dos Ministérios. Sem dúvida, a área prevista para a construção dos ministérios e seus anexos chegará muito breve ao seu ponto de saturação. Há vários ministérios com alguns serviços funcionando em Brasília fora da Esplanada federal. Por que não nos núcleos urbanos satélites?

As vantagens seriam muitas:

- a) maior incentivo para que os núcleos satélites passem a ser autosuficientes, eliminando-se os inconvenientes da condição de cidades-dormitórios;
- b) maior fixação e integração do morador ao convívio satélite;
- c) diminuição do número de viagens/dia de e para Brasília;
- d) menor custo diário de transporte local para o trabalho;
- e) maior economia de combustível e menor desgaste de material rodante;
- f) menor tempo de viagem até o emprego;
- g) maior disponibilidade de tempo para lazer com a família e outros interesses;
- h) mais prático e inovador pelo aspecto democrático da locação;
- i) maior participação de funcionários federais no consumo de bens e serviços, beneficiando o comércio e equipamentos locais com a fixação do morador e seu melhor nível de poder aquisitivo na sua cidade satélite, etc.

É uma proposta que poderia diminuir cerca de 1/3 o número de funcionários federais que viajam das satélites para a Esplanada dos Ministérios diariamente.

Gladson da Rocha é arquiteto